

**Brasília-DF, 18 de outubro de 2024**

Presidente da CNTI participa de reunião no Ministério da Saúde



O presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio e a Secretária da Mulher da CNTI, Sonia Zerino, foram recebidos na tarde desta quinta-feira 17/10, pelo Sr. Luís Henrique da Costa Leão, Coordenador-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde e seu assessor Sr. Douglas.

A agenda teve como objetivo solicitar apoios e parcerias, para execução de Projetos em Saúde Segurança do Trabalho a serem desenvolvidos nos estados. Na oportunidade foi feita apresentação da estrutura e dos serviços oferecidos no CTE/CNTI, colocando à disposição para possíveis eventos do Ministério da Saúde.

Seguro-desemprego: Centrais sindicais sobem o tom e cobram governo

«Veja a nota das centrais criticando o anúncio do governo de que está estudando mudanças nas regras do Seguro-desemprego, multa do FGTS, regras do abono salarial, entre outros benefícios:



Reduzir o seguro-desemprego é excluir o pobre do orçamento

Fomos surpreendidos com a notícia de que os ministérios da Fazenda e do Planejamento defendem cortes no seguro-desemprego e no valor da multa por demissão sem justa causa.

A proposta inclui reduzir o direito do trabalhador à multa de 40% do FGTS nas demissões sem justa causa e o redirecionamento de parte dos recursos dela provenientes para o seguro-desemprego.

A equipe econômica acena também com retrocessos nas regras do abono salarial e do Benefício por Prestação Continuada (BPC), que deixaria de ser reajustado de acordo com o salário-mínimo. Deste modo, o valor do BPC, atribuído aos idosos pobres e desamparados, seria inferior ao salário-mínimo. Hoje, isto é vedado pela Constituição, de forma que a alteração requer emenda constitucional (PEC).

Já vimos este filme e o final não foi nada bom. Em 2014, a equipe econômica do governo Dilma propôs uma série de ajustes na economia, que conduziram o Brasil a uma situação de recessão e desemprego. O Governo perdeu sua base social, viu corroer sua popularidade e abriu espaço para essa agenda ser radicalizada nos Governos de Temer e Bolsonaro.

Com a alegação de combater fraudes e distorções, as Medidas Provisórias 664 e 665, tal como agora está sendo feito, foram implantadas sem discussão com a sociedade e com as centrais sindicais, alterando as regras para o seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença e seguro-defeso dos pescadores artesanais.

As Centrais Sindicais atuam historicamente no combate ao mau uso de recursos públicos e reconhecem e atestam a necessidade de fiscalização, transparência, bem como maior controle social na gestão, mas consideram um equívoco que a correção dessas distorções pontuais se dê por meio de ações que penalizem todos os trabalhadores, restringindo ou retirando direitos já conquistados.

Não fomos chamados para opinar e soubemos pela imprensa de mais esta ameaça de retirada de direitos. Mas, como representantes dos trabalhadores, reivindicamos nosso espaço e afirmamos que não é justo abalar a segurança financeira de quem já está desempregado no mercado formal, de quem está afastado para buscar qualificação ou dos pescadores no período do chamado defeso.

Tais propostas dos Ministérios de Fernando Haddad e Simone Tebet, assentam-se na falácia neoliberal que privilegia o mercado financeiro em detrimento do desenvolvimento social e inclusivo. É uma visão que considera "gasto" investimentos importantes para o povo brasileiro.

Reiteramos nossa luta para que os ricos paguem a conta da crise através de um imposto sobre as grandes fortunas, taxação dos dividendos, das remessas de lucros ao exterior pelo capital estrangeiro



Brasília-DF, 18 de outubro de 2024

e da revogação dos absurdos e volumosos benefícios fiscais concedidos às Petroleiras Internacionais.

Esperamos do presidente Lula a sensibilidade social condizente com sua história. Que ele não aprove a redução do seguro-desemprego e convoque as centrais sindicais, representantes dos trabalhadores, para a retomada de um diálogo democrático e franco.

São Paulo, 16 de outubro de 2024

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical
Ricardo Patah, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)
Antonio Neto, Presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Fonte: Rádio Peão Brasil

89,2% das Negociações de setembro garantiram reajuste acima da inflação

Ganho real em 89,2% das negociações de reajuste salarial, segundo boletim do Dieese. Confira os resultados por setor econômico



O Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos divulgou o boletim “De Olho nas Negociações”, nesta quinta-feira (17).

De acordo com o levantamento, de 166 negociações de reajustes dos trabalhadores com a data-base setembro, registradas até 10 de outubro, revela que 89,2% resultaram ganhos acima da inflação.

Este é o segundo melhor resultado em todo o período

considerado ficando atrás somente do último mês de maio.

Resultados por setor econômico

O estudo aponta que 88,4% dos acordos fechado no setor da indústria garantiram aumento real.

Em seguida o melhor desempenho ficou com o setor de serviços que apresentou ganho real em 86,6% das negociações e o comércio teve o terceiro melhor desempenho com 78,2% dos acordos com aumento real.

Resultados no ano

Em relação ao consolidado de 2024, até setembro:
- 86,3% das 12.145 negociações analisadas no ano conquistaram reajustes com ganhos acima da variação do INPC;
- 10,3% conseguiram resultados em percentuais iguais ao índice inflacionário;
- 3,4% não alcançaram a recomposição das perdas no período.

Na média, a variação real dos reajustes de 2024 é igual a 1,49% acima da inflação.

[Confira o estudo completo](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Trabalhador perde prazo e TST aplica prescrição de créditos reconhecidos

Aldo Dias/TST



TST dá prazo de dois anos para que o credor cobre o pagamento

Um expedidor de mercadorias de Contagem (MG) não poderá mais exigir da ex-empregadora o pagamento de créditos trabalhistas reconhecidos pela Justiça do Trabalho. A decisão, mantida pela 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, foi dada em segunda instância, que aplicou a prescrição (perda do prazo) ao caso. Os valores, na época da sentença, foram estimados em R\$ 36 mil.



Brasília-DF, 18 de outubro de 2024

Na Justiça do Trabalho, quando uma sentença se torna definitiva, o credor tem até dois anos para tomar as medidas necessárias para viabilizar o pagamento dos créditos, quando a outra parte não o faz espontaneamente.

Caso não faça nada nesse período, a execução prescreve, ou seja, ele perde o direito de cobrar o valor devido.

A situação também ocorre quando a Justiça entende que o credor não tomou medidas suficientes para dar andamento à execução.

No caso do expedidor, a ex-empregadora foi condenada em outubro de 2016 e, de acordo com a lei, ele teria de indicar bens do devedor a fim de assegurar o pagamento. Ele tentou fazer isso, mas não teve sucesso.

Em de julho de 2020, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Contagem determinou que, em 10 dias, ele indicasse as diretrizes para prosseguir a execução. Como não o fez de forma efetiva, a execução foi extinta.

No recurso ao TST, o empregado sustentou que havia apresentado vários requerimentos para tentar receber seu crédito. Disse que em agosto de 2020 apresentou CPFs e CNPJs dos devedores e anexou prints de tela da movimentação do PJe para comprovar as diligências. "O processo não ficou sem movimentação", defendeu.

Medidas insuficientes

Contudo, para o relator do recurso, ministro Breno Medeiros, o simples requerimento de diligências não é suficiente para suspender o prazo prescricional. "O entendimento é que o processo tem de movimentar, e de forma efetiva", afirmou. "Foram feitos vários requerimentos, mas esses não trouxeram a efetividade da execução", disse Medeiros.

O ministro ressaltou que o objetivo da lei, ao estabelecer a chamada prescrição intercorrente, foi atender às regras constitucionais da segurança jurídica e da duração razoável do processo, a fim de evitar que as execuções trabalhistas se perpetuem.

Por fim, o ministro lembrou que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que requerimentos para realização de diligências que se mostraram infrutíferas em localizar o devedor ou seus bens não têm o poder de suspender ou interromper a prescrição intercorrente. A decisão foi unânime. *Com informações da assessoria de comunicação do TST.*

Fonte: Consultor Jurídico

Pacote do governo e resistências políticas, por Neuriberg Dias

Após a divulgação da perspectiva positiva da nota de crédito país, o governo Lula prepara novo pacote de medidas que serão negociadas com o Congresso Nacional, após o segundo turno das eleições municipais. O objetivo é alcançar a meta de déficit zero para elevar o País a grau de investimento em 2025.



Carteira de Trabalho: para reduzir despesas, governo estuda novas regras em caso de demissão | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil/24.06.21

Neuriberg Dias*



Além de reforçar propostas para aumentar a arrecadação federal, já defendidas pela Fazenda e Planejamento, o governo também deve apresentar medidas para reduzir despesas, como anunciado pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Isso ocorre em meio à percepção de que o Congresso Nacional tem se mostrado resistente às medidas que elevem a carga tributária.

Dentre as iniciativas de aumento de receita, a principal dessas é a aprovação do PL 3.394/24, do Poder Executivo, que visa elevar a alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e aumentar a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio. Com isso, o Ministério da Fazenda pretende arrecadar R\$ 20,9 bilhões com esse aumento em 2025.

A conclusão da regulamentação da Reforma Tributária, nos termos PLP (Projeto de Lei Complementar) 68/24, é também considerada prioridade do governo neste final de ano.

A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado Federal. Outra proposta em estudo envolve a reforma do Imposto de Renda e



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

CNTI

www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET



Filiada à



Brasília-DF, 18 de outubro de 2024

a criação de imposto para os milionários brasileiros, com alíquotas entre 12% e 15% sobre a renda.

No campo das despesas, o governo avalia ajustes sobre a multa do FGTS, Seguro-Desemprego, Abono Salarial, BPC (Benefício de Prestação Continuada), além de retomar o combate aos supersalários no serviço público, em debate no Congresso, que visa eliminar adicionais salariais, os chamados "penduricalhos", que fazem os esses vencimentos ultrapassarem o teto do funcionalismo público.

Entre as alternativas divulgada pelo próprio governo, considera utilizar parte da multa do FGTS paga pelos empregadores para financiar o seguro-desemprego, reduzindo o custo desse benefício para o Estado.

Outra medida proposta é transformar a multa para o trabalhador em imposto progressivo para empresas, penalizando aquelas que realizam muitas demissões. O objetivo seria desestimular demissões frequentes, sem incentivar que os trabalhadores provoquem as próprias demissões.

Mais outra proposta em análise é modificar o critério de concessão do Abono Salarial, que atualmente é pago aos trabalhadores com renda até 2 salários mínimos — R\$ 2.824, em valores atuais. A ideia seria substituir esse critério pela renda per capita da família, tornando o benefício mais focalizado.

E por fim, o governo estuda mudanças no BPC, considerando aumentar a idade mínima para acesso ou indexar o benefício apenas à inflação. Atualmente, o benefício é vinculado ao salário mínimo — R\$ 1.412 —, o que pode desestimular contribuições para a Previdência Social.

Além de enfrentar resistências para aprovar propostas que visam aumentar a receita, durante a tramitação dessas matérias, assuntos relacionados às despesas podem ser alterados de maneira indesejada, dependendo de a capacidade de articulação de frentes parlamentares, como a do Empreendedorismo.

O governo também precisa superar obstáculos significativos, como o ambiente de insatisfação generalizada no Congresso, entre os parlamentares, causado pelo congelamento das emendas orçamentárias pelo STF, e o processo de sucessão dos atuais presidentes da Câmara e do Senado, que tem desacelerado a agenda de votações no Legislativo.

(*) *Jornalista, analista político e diretor de Documentação licenciado do Diap. É sócio-diretor da Contatos Assessoria Política*

Fonte: Diap

Ciclo de Palestra de Mulheres do Plano da CNTI-PA

24 de outubro de 2024
Às 9h

OUTUBRO ROSA

FEMINICÍDIO ZERO
NENHUMA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DEVE SER TOLERADA

Local:
Refeitório da ecoTauá
Rodovia PA 140 - KM 16 s/nº - Bairro Interior
Santo Antônio do Tauá / PA

Informações:
Tel: (91) 99166-3251/ (61) 3448-9900
E-mail: smulher@cnti.org.br

Realização
CNTI, NCST NOVA CENTRAL, FETEBR, ecoTauá

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI

[Confira a Programação...](#)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

FILIADA À NCST NOVA CENTRAL

OUTUBRO ROSA
Campanha de Conscientização Contra ao Câncer de Mama

Quando se trata de Câncer de Mama, toda a mulher tem que se prevenir. Não Vacile!
Faça o autoexame.

Se conheça, se ame, se cuide!

2024 SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI